

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE TERMOS DE USO E POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DE ARQUIVOS DA WEB

Lúcia Oliveira¹; Moisés Rockembach²

RESUMO

O trabalho é resultado de pesquisa concluída no mestrado em Ciência da Informação, que teve por objetivo analisar aspectos éticos e legais pertinentes ao acesso e uso das informações de *websites* arquivados, a partir da análise dos termos de uso e das políticas de privacidade disponibilizados nas plataformas digitais de iniciativas de arquivamento da *web*. Conclui-se que os documentos apresentam corresponsabilidades de uso; ressalta a importância da educação de usuários e a competência em informação no uso responsável, lícito e ético da informação.

Palavras-chave: Arquivamento da *web*, acesso e uso da informação, termos de uso, políticas de privacidade.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de Internet fez com que a *web* também evoluísse de forma muito rápida, aumentando significativamente a quantidade de conteúdo disponível; mas com a mesma velocidade que a informação é produzida ela se perde e se apaga na rede. Segundo Rockembach e Pavão (2018, p. 173), “ao mesmo tempo em que milhares de informações são criadas, outras são sobrepostas, dificultando com o tempo a recuperação destes dados” e, devido a esta característica efêmera, ainda na década de 1990, a necessidade de arquivamento da *web* foi reconhecida.

Cada vez mais a informação é produzida digitalmente no ambiente *web*, surgindo a necessidade de implementação de políticas que garantam o arquivamento e a preservação, bem como o acesso e uso dos recursos arquivados.

¹ lucia.oliveira@ufrgs.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCIN/UFRGS; moises.rockembach@ufrgs.br

Esses recursos são importantes tanto para profissionais e acadêmicos, quanto para atividades culturais e sociais.

O arquivamento da *web* pode ser definido como um processo que inclui coletar, armazenar e disponibilizar informações retrospectivas de páginas da *web* (ROCKEMBACH, 2017). Dentre as etapas desse processo, está o acesso e o uso da informação, que envolve aspectos sensíveis das políticas de arquivamento da *web*, como legislação sobre privacidade, proteção de dados pessoais e direitos autorais.

A questão que norteou a pesquisa foi “como as iniciativas de arquivamento da *web* fornecem acesso às informações por elas preservadas considerando os aspectos éticos e legais?” O objetivo do trabalho foi analisar o funcionamento de plataformas de arquivamento da *web* e aspectos pertinentes ao acesso e uso das informações de *websites* arquivados a partir dos documentos de termos de uso e políticas de privacidade, disponibilizados nas plataformas digitais de iniciativas de arquivamento da *web*.

Os termos de uso e as políticas de privacidade são documentos jurídicos essenciais que todas as plataformas digitais devem disponibilizar para proteger a privacidade, os dados pessoais e a segurança na rede, já que elas podem ser utilizadas por uma quantidade indeterminada de usuários em diferentes jurisdições.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e Portal de Periódicos CAPES, com os seguintes critérios: a) Idioma: Inglês; b) Termos: *ethic*, *ethical*, *web archive*, *web archiving*. Sendo recuperadas 72 fontes bibliográficas e selecionadas 36 para leitura mais aprofundada.

Na pesquisa documental foram utilizados os documentos jurídicos coletados de 19 plataformas de iniciativas de arquivamento da *web*, selecionadas a partir da lista de membros do *International Internet Preservation Consortium*, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Iniciativas de arquivamento da web selecionadas para o estudo

INICIATIVA	LINK DA PLATAFORMA
NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA	www.nla.gov.au
BIBLIOTHÈQUE ET ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC	www.banq.qc.ca
LIBRARY AND ARCHIVES CANADA	https://www.collectionscanada.ca/
NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARY OF CROATIA	www.nsk.hr
COLUMBIA UNIVERSITY LIBRARIES	https://library.columbia.edu/collections/web-archives.html
CORNELL UNIVERSITY LIBRARY	https://www.library.cornell.edu/
HARVARD LIBRARY	http://library.harvard.edu
INTERNET ARCHIVE	www.archive.org
LOS ALAMOS NATIONAL LABORATORY RESEARCH LIBRARY	www.lanl.gov/library
OLD DOMINION UNIVERSITY DEPARTMENT OF COMPUTER SCIENCE	www.cs.odu.edu
STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES	library.stanford.edu
UCLA RESEARCH LIBRARY	www.library.ucla.edu/yrll
UNIVERSITY OF NORTH TEXAS LIBRARIES	www.library.unt.edu
HANZO ARCHIVES	www.hanzoarchives.com
MIRRORWEB	www.mirrorweb.com
THE NATIONAL ARCHIVES U.K.	www.nationalarchives.gov.uk
NATIONAL LIBRARY BOARD SINGAPORE	www.nlb.gov.sg
NATIONAL LIBRARY OF CHILE	www.bibliotecanacional.cl
ARQUIVO.PT	archive.pt
INICIATIVAS SELECIONADAS	19

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a análise dos dados foram utilizadas as técnicas de análise documental e análise de conteúdo. A análise documental compreende a estrutura e o teor textual de um documento; cada tipo de documento tem uma estrutura própria e, a partir da análise da estrutura é que se propõe identificar conceitos para expor o assunto do documento (NASCIMENTO, 2009). A análise de conteúdo, preconizada por Bardin (2016), se compõe em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados obtidos, inferência e a interpretação.

ANÁLISE DOS DADOS

Na etapa de **pré-análise**, foram formadas as categorias iniciais a partir da seleção do material e leitura flutuante das plataformas das iniciativas de arquivamento da web, dos termos de uso e das políticas de privacidade.

Já na etapa de **exploração do material**, foi realizada a descrição analítica relacionada ao material textual coletado. Após a sistematização dos dados no *Word*, os documentos foram transferidos para o *software* NVIVO (versão 1.3).

Nessa segunda etapa da análise de conteúdo, relativo às plataformas digitais, foram categorizados: o tipo de instituição, a localização, a descrição, o objetivo e ou missão, o método de coleta de páginas da *web*, o tipo de informação arquivada, identificação de utilização de algum serviço ou ferramenta e o tipo de acesso aos recursos arquivados.

Para os termos de uso – documentos fundamentais para a proteção jurídica de um *site*, sendo possível através deles compreender como o *site* pode ser usado e quais as responsabilidades do usuário – a categorização foi baseada em alguns elementos que são comuns e necessários a todos. São elas: a descrição do serviço, a proteção legal, o uso do serviço/plataforma, as penalidades no descumprimento das orientações, as limitações de responsabilidade, as garantias para o usuário, a declaração de alteração do documento e atualização.

Quanto as políticas de privacidade – documentos esses que devem trazer as informações sobre o tratamento dos dados pessoais e como é fornecida a privacidade ao usuário – a categorização foi baseada em algumas características e elementos que devem constar nesses documentos. São elas: proteção legal, descrição do motivo da coleta, dados que serão coletados, compartilhamento/divulgação dos dados, monitoramento/controle sobre os dados, declaração de alteração do documento e atualização.

Na etapa de **tratamento dos resultados obtidos, inferência e a interpretação**, a partir da categorização e descrição analítica do material coletado, consolidou-se um conjunto de boas práticas.

Os termos de uso e as políticas de privacidade, são documentos que estabelecem regras e diretrizes; tendo como base a definição de Rocha de Paula e Cianconi (2007), de que boas práticas podem ser definidas como um procedimento validado para a realização de uma tarefa ou solução de um problema, que inclui o contexto onde pode ser aplicado e as práticas documentadas em manuais ou diretrizes, foram identificadas as práticas das iniciativas de arquivamento da *web* para acesso e uso da informação, a partir de elementos que são necessários a esses documentos, considerando os aspectos éticos e legais, conforme apresentado nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Práticas das iniciativas de arquivamento da web para acesso e uso da informação a partir da análise dos Termos de Uso

Práticas gerais	Práticas específicas	Nº Instituições
1. Descrição do serviço	Instituição se descreve como “serviço de apoio ao trabalho científico, à pesquisa, ao conhecimento, à educação e ao ensino”	10
2. Como o serviço é oferecido	O serviço é oferecido de forma gratuita	3
3. Proteção legal	3.1 Apresentam Declaração de Direitos Autorais	15
	3.2 Mencionam leis e regulamentos	13
	3.3 Citam as Leis de Direitos Autorais	11
4. Descrição do uso	4.1 O uso sem violações deve ser garantido pelo usuário	10
	4.2 A menos que haja uma licença para tal, o conteúdo não pode ser utilizado para fins comerciais, modificados ou distribuídos	9
	4.3 Citar a Instituição como fonte	6
5. Limites de responsabilidade	5.1 A Instituição não se responsabiliza pelo conteúdo acessado e pelo uso dado a ele	10
	5.2 A Instituição não se responsabiliza por lesões, perdas e danos advindos do acesso e uso do serviço ou coleções	4
6. Garantias	6.1 A instituição não garante completude, exatidão, confiabilidade e atualidade dos conteúdos	10
	6.2 A Instituição não oferece qualquer garantia, de qualquer tipo, expressa ou implícita, para o uso ou reprodução dos itens de suas coleções	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Práticas das iniciativas de arquivamento da web para acesso e uso da informação a partir da análise das Políticas de Privacidade

Práticas gerais	Práticas específicas	Nº Instituição
1. Proteção legal	Leis de proteção de dados pessoais e privacidade	11
2. Motivo coleta dos dados	2.1 Melhorar os serviços oferecidos	13
	2.2 Otimizar os sites	10
	2.3 Métricas de uso do site	10
3. Dados coletados	3.1 Cookies	15
	3.2 Informações pessoais	11
	3.3 Páginas visualizadas/recursos arquivados	10
4. Compartilhamento/ divulgação dos dados	4.1 Quando exigido por lei/ordem judicial	9
	4.2 Fornecedores/Consultores/Prestadores de serviço	7
	4.3 Equipe/membros da Instituição	6
	4.4 Autoridade/agência governamental	6
5. Monitoramento/ controle sobre os	5.1 Informa onde os dados serão armazenados e	4

dados	processados, e se os mesmos podem ser transferidos para outros países	
	5.2 Informam prazos de manutenção dos dados	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisar os aspectos éticos e legais pertinentes ao acesso e uso das informações de *websites* arquivados, poderá contribuir para os estudos sobre arquivamento da *web* brasileira, pois a temática ainda é recente no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de interação, a superação das distâncias geográficas, a produção de informação descentralizada, o compartilhamento de conteúdo, são fatores que influenciam a nova organização social e redefinem novos padrões culturais, políticos e éticos.

Garantir o uso legal da informação disponibilizada pelos artefatos tecnológicos traz desafios para as instituições que atuam no controle, armazenamento e disponibilização dessas fontes. Essas instituições vêm se constituindo como um espaço destinado a fornecer o acesso a todo tipo de fonte de informação, a qualquer usuário, desconsiderando as limitações de tempo e espaço. Esse processo de disseminação da informação torna o conhecimento mais acessível, mas traz a necessidade de desenvolver mecanismos que garantam o respeito aos responsáveis pela criação e divulgação da informação, atendendo a princípios legalmente instituídos, sendo necessário o estabelecimento de diretrizes que promovam o uso adequado sem provocar infrações à legislação.

As iniciativas de arquivamento da *web* vêm crescendo pelo mundo, e junto cresce o interesse no desenvolvimento de soluções para o acesso e uso das informações coletadas e arquivadas da *web*, de forma ética e de acordo com a legislação.

As possibilidades de solução estão no trabalho colaborativo e interdisciplinar entre as diferentes áreas, com a formulação de ações voltadas para a educação do usuário, tornando-o capacitado a usufruir das inúmeras possibilidades que o uso do ambiente digital proporciona.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Guia de elaboração de termos de uso e políticas de privacidade para serviços públicos**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaTermoUso.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CANEVARI, Fernanda Foizer; FELICÍSSIMO, Laura Rodrigues da Cunha. Política de privacidade e termos de uso, por que ter? **Baptista Luz Advogados**, 15 maio 2017. Disponível em: <https://baptistaluz.com.br/espacostartup/politica-de-privacidade-e-termos-de-uso-por-que-ter/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GLANVILLE, Lachlan. Web archiving: ethical and legal issues affecting programmes in Australia and the Netherlands. **Australian Library Journal**, Canberra, v. 59, n. 3, p. 128-134, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049670.2010.10735999>. Acesso em: 02 abr. 2021.

OGDEN, Jessica, HALFORD, Susan, CARR, Leslie. Observing Web Archives: The Case for an Ethnographic Study of Web Archiving. **WebSci 17**: 299-308. 2017. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/3091478.3091506?download=true>. Acesso em 06 abr. 2021.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos**. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103371>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PENNOCK, Maureen. Web-archiving. **Digital Preservation Coalition**, Great Britain, p. 1-50, 2013. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.384.5280&rep=rep1&type=pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

ROCHA DE PAULA, Danúzia da; CIANCONI, Regina de Barros. Práticas de gestão do conhecimento: caso dos sítios associados ao portal corporativo da FIOCRUZ. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 49-63, maio/ago. 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200004#04a. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Inequalities in digital memory: ethical and geographical aspects of web archiving. **International Review of Information Ethics**, Canada, v. 26, p. 138-149, 2017. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/286>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés, PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **RDBC: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília: UnB. Vol. 11, n. 1, p. 168-182 2018. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2021

WICKNER, Amy. Recognizing Co-Creators in Four Configurations: Critical Questions for Web Archiving. **Journal of Contemporary Archival Studies**, New Haven, v. 6, p. 1-27. 2019. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=jcas>. Acesso em: 20 abr. 2021.